

**Catarina Sarmento e Castro**

Ministra da Justiça

**Intervenção da Ministra da Justiça, Catarina Sarmento e Castro, por ocasião da sessão solene de abertura do 40.º Curso de Formação de Magistrados para os Tribunais Judiciais e do 10.º Curso de Formação de Juizes para os Tribunais Administrativos e Fiscais, organizado pelo Centro de Estudos Judiciários - Auditório Álvaro Laborinho Lúcio, CEJ.**

Lisboa, 18 de setembro de 2023

Começarei, naturalmente, por saudar, muito vivamente, as senhoras e os senhores Auditores de Justiça que integram o Quadragésimo Curso de Formação para os Tribunais Judiciais e para o Ministério Público, e o Décimo Curso de Formação para os Tribunais Administrativos e Fiscais: 97 mulheres e 18 homens perante os quais hoje se entreabre a porta da magistratura, a nobre carreira que sonharam abraçar e que tanto precisa de todos eles.

58 senhoras e senhores Auditores de Justiça para a Magistratura Judicial; 57 senhoras e senhores Auditores de Justiça para a Magistratura do Ministério Público; 18 senhoras e senhores Auditores de Justiça para os Tribunais Administrativos e Fiscais: eis os rostos que dão vida ao compromisso do XXIII Governo Constitucional e da Ministra da Justiça de regularizar anualmente as admissões ao CEJ – que hoje também celebramos - e assim reforçar as magistraturas Judicial e do Ministério Público, nos tribunais comuns, tanto quanto nos administrativos e tributários.

E é, por isso, com enorme satisfação – pessoal e institucional – que vos digo: sejam muito bem-vindas e bem-vindos!

Um as boas-vindas que estendo, com muita alegria, aos dez formandos que vieram de Moçambique para integrar o Quadragésimo Curso da Formação para a Magistratura do Ministério Público: é um gosto e uma honra ter-vos entre nós.

Uma palavra de reconhecimento, por isso, também à instituição que a todos vos acolhe: o Centro de Estudos Judiciários.

Escola de formação jurídica e judiciária de Magistrados de prestígio inquestionado, o CEJ é um espaço de referência onde se sedimentam os alicerces do sistema de Justiça, e por isso, fonte de um contributo fundamental para a confiança nos tribunais e na Justiça.

À sua Direção, aos seus docentes e funcionários, o meu muito obrigada.

Quero dizer-vos que é notável o esforço que o Centro de Estudos Judiciários tem feito no sentido de reforçar a evolução dos tradicionais currículos de formação universitária de base, neles inscrevendo novas temáticas jurídicas, abrindo-os a novos saberes e também à formação para o uso de novas tecnologias – é o que pede o tempo presente que não abdica de horizontes de futuro, e é o que o CEJ, estou certa, está determinado a proporcionar.

É notável, igualmente, o empenho do Centro de Estudos Judiciários no sentido de reforçar as parcerias realizadas nas áreas de apoio à vítima, em geral, e às vítimas de violência doméstica, em particular – porque a Justiça é especialmente sensível ao clamor dos mais frágeis, e é este clamor que também o CEJ não tem deixado de ouvir.

E é notável, finalmente, o cuidado posto, também, no âmbito da formação contínua, no sentido da valorização da área da execução das penas – uma área que, como sabemos, continua a ser insuficientemente aprofundada nos currículos universitários, que é crucial para a tutela jurisdicional efetiva – constitucionalmente assegurada – das pessoas privadas da liberdade, e que, além disso, desempenha um papel absolutamente fundamental na monitorização da concretização dos fins que as penas pretendem alcançar.

Assim, senhoras e senhores Auditores de Justiça, depois dos vossos percursos académicos, depois da perseverança e da determinação que vos permitiram preparar-se e superar as provas de admissão, chegou agora o tempo de aprender a aplicar o saber

entretanto acumulado *à vida* – a vida onde a Justiça se *realiza* – e de o usar, já não no sossego da teoria, mas no desafio, dinâmico e instrumental, da ação.

Portanto, ao trabalho!

E que a consciência de que vos caberá a defesa dos direitos dos cidadãos, e de que darão um contributo muito concreto e prático para uma sociedade que queremos livre, justa, tolerante e solidária, vos alimente sempre a determinação e vos não deixe nunca esmorecer.

Porque precisamos de vós.

E contamos convosco, futuras e futuros defensores da Constituição e da Lei, nas magistraturas judicial e do Ministério Público, nos tribunais comuns e nos tribunais administrativos e tributários, como parceiros sólidos na transformação da Justiça que todos almejamos.

Ora, um desígnio – *este* desígnio – que a todos *congrega* é, precisamente por esse motivo, um desígnio que a todos *convoca*. E por isso, não perdendo de vista que são muito diversos os

desafios, os âmbitos e as competências a mobilizar por cada um dos atores e autores dos caminhos a percorrer (também eles diferenciados), não esqueceremos que é comum o horizonte em direção ao qual todos esses caminhos se orientam.

Por isso, saibamos, todos, contar uns com os outros. E por isso, sendo este dia, antes de mais, o vosso dia, não deixarei de vos dar conta do que, no Ministério da Justiça, vimos fazendo no sentido de dotar o sistema de justiça dos meios adequados ao seu funcionamento – como nos compete – e que testemunha o nosso empenho na resposta que nos cabe aos desafios do grande desiderato, que sabemos coletivo.

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Os homens e mulheres que hoje recebemos encontrarão – e ajudarão a construir – uma Justiça muito diferente da que encontraram aqueles que os antecederam e sobre cujos ombros eles e elas continuarão a honrar a missão que ousaram escolher. Porque a transformação da Justiça não é uma expressão vazia, não é mera ideia, é objetivo em concretização.

- Com efeito, no âmbito do **Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)**, está em curso o maior investimento de sempre nos sistemas tecnológicos dos tribunais, mais de 158 milhões de euros que – não me cansarei de repetir – nos proporcionam uma oportunidade ímpar para concretizarmos o desígnio, previsto no Programa do Governo, de assegurar uma justiça mais rápida e eficiente, mais próxima e mais transparente, ao serviço dos direitos dos cidadãos e das empresas e do desenvolvimento económico-social.

É um desígnio e uma oportunidade que estamos mesmo a agarrar.

- Por isso, só no último ano, o investimento tecnológico na Justiça foi superior ao que foi feito nos últimos 10 anos - um investimento que servirá não só para criar **novos serviços** mas também para **melhorar serviços já existentes**, simplificando-os e tornando-os mais acessíveis.

- Por exemplo, em julho último arrancou um piloto no Tribunal Central Administrativo Sul para a **anonimização das decisões judiciais com recurso a um algoritmo de inteligência artificial**; um piloto que, até ao próximo mês de outubro, vai

permitir a disponibilização de jurisprudência e, até ao final do ano, que a utilização da ferramenta seja disponibilizada a todos os magistrados.

- Mas, simultaneamente, ainda este ano, **mais de 90% das funcionalidades já existentes**, para juízes, nos atuais sistemas, serão integralmente disponibilizadas, e com uma nova experiência e funcionalidades acrescidas, no Magistratus – cujo número de utilizadores será alargado a 1700 profissionais.
- Estas e outras novidades nos sistemas de informação dos tribunais configuram o **eTribunal**, a nova marca dos sistemas de informação dos tribunais desenvolvidos *pelos próprios utilizadores*, para responder às suas *verdadeiras necessidades*, e que contarão com o apoio de soluções de Inteligência Artificial, para apoiar e acelerar o processo de decisão, disponibilizando, por exemplo, informação relevante no momento em que esta é necessária.
- O eTribunal vai proporcionar soluções inovadoras, não só a juízes, mas também a Magistrados do Ministério Público, através



do MPCodex e da interface para os mandatários, ambos a lançar ainda este ano.

- Queremos, também, melhorar o funcionamento das **salas de audiência**. Criar espaços preparados para receber todos – que privilegiem valores como a igualdade, o respeito, a dignidade, a verdade e a transparência –, também contribui para fortalecer a confiança na Justiça.
- Para isso, através da Direção-Geral da Administração da Justiça, acabámos de lançar um concurso, no valor de 5,4M€, para **renovar mais de 1400 salas de audiência e para criar espaços de acolhimento e audição de menores**. É o maior procedimento para renovação de salas de audiência já lançado, e que tem um prazo de execução de 13 meses.

Queremos adquirir os equipamentos necessários para ali se apresentar prova judicial, através de meios tecnológicos, e queremos que, a curto prazo, todos os 117 edifícios onde são tramitados processos de família e de menores estejam dotados com salas de acolhimento e audição de crianças – o que já sucede em 110 deles.

- Até ao final de outubro, lançaremos, através do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, um novo procedimento, num valor superior a 10M€, para aquisição de **ecrãs de grande dimensão, equipamento de gravação de vídeo e videoconferência e instalação de novos computadores**, perfazendo um investimento total superior a 15M€, só nas salas de audiência.
- E, através da Direção Geral de Política da Justiça, apresentámos, em junho, a visão da **sala de audiências do futuro**, desenvolvida em colaboração com os diferentes intervenientes da justiça: magistrados, oficiais de justiça e mandatários. Desta visão vão resultar, até ao fim do ano, duas salas piloto que servirão de referência a seguir nos próximos anos, incorporando, de vez, a tecnologia e a inteligência artificial nas audiências.
- Mas a transformação da Justiça também se trabalha no âmbito legislativo, e, no que toca à **justiça administrativa e fiscal**, estamos determinados a dar resposta aos legítimos anseios de

cidadãos e empresas, com vista a nela poderem reforçar a sua confiança.

Com este objetivo, já conseguimos fazer aprovar as medidas integradas no “primeiro pacote” legislativo para essa jurisdição.

Elas incluem, entre outras, não só a dotação do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais (CSTAF) dos meios necessários a uma gestão mais eficiente, mais célere e mais transparente da jurisdição administrativa e fiscal, promovendo o aumento da capacidade de resposta desta jurisdição; mas também a criação de equipas especializadas de juízes, a especialização na segunda instância e a criação de uma nova centralidade judiciária no interior do país, o Tribunal Central Administrativo, em Castelo Branco, que sem dúvida contribuirá para diminuir de forma substancial a pendência, que tanto nos preocupa, e de que esse Tribunal se ocupará.

Senhoras e Senhores Auditores de Justiça

Está em curso uma transformação da Justiça que também vos caberá a vós alimentar: que à nobilíssima missão de administrar a justiça em nome do Povo venham a emprestar renovado vigor, e que, ao terminarem esta vossa formação, estejam prontos a entregar-se aos desafios que ela vos colocará com competência técnica, sensibilidade humana e abertura intelectual.

Da nossa parte, estamos a trabalhar para vos proporcionar um sistema mais moderno e mais próximo, mais transparente e mais eficaz do que o que acolheu os que vos antecederam.

Desejo-vos as maiores felicidades.

Muito obrigada.